



**Análise dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica:
soft power e privatização no Brasil**

*Analysis of the National Parameters for Internationalization in Basic Education:
soft power and privatization in Brazil*

Bruno Fernandes do Amaral

Universidade Estácio de Sá (Unesa)

Rio de Janeiro – Brasil

Marcelo Mocarzel

Universidade Estácio de Sá/ (Unesa)

Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Rio de Janeiro/Petrópolis - Brasil

Resumo: Este artigo decorre de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que fez uso de análise documental como ferramenta de categorização produção de dados. Seu objetivo principal foi investigar as implicações das políticas educacionais utilizadas pelos Estados com viés de afirmação de *soft power* e seu poder de influência no cenário internacional, com o recorte para o caso brasileiro, dentro do espectro de influência no sul global. Foram analisados os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil, publicados em 2022. Constatou-se que, para além da afirmação de *soft power*, os parâmetros contribuem para as estratégias de privatização, ancoradas na ideia de parcerias entre o setor público e o setor privado.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Básica; Soft Power; Privatização.

Abstract: This article stems from qualitative and exploratory research that used document analysis as a tool for categorizing and producing data. Its main objective was to investigate the implications of educational policies employed by states with a soft power affirmation bias and their influence on the international stage, focusing on the Brazilian case within the sphere of influence in the Global South. The National Parameters for the Internationalization of Basic Education in Brazil, published in 2022, were analyzed. It was found that, beyond the assertion of soft power, these parameters also contribute to privatization strategies, anchored in the idea of partnerships between the public and private sectors.

Keywords: Internationalization of Basic Education; Soft Power; Privatization.

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem envidado esforços para se colocar como protagonista nas mesas de negociações internacionais, dentro da lógica do multilateralismo. Podemos dizer que desde a redemocratização, há tentativas de aproximação com outros países e grupos, ainda que haja variações de matriz ideológica de acordo com o governo de turno. Mesmo dentro de mandatos diferentes vinculados ao mesmo partido, há deslocamentos nas aproximações e afastamentos, de acordo com os interesses estratégicos do país em um dado momento, influenciados pelas conjunturas externa e interna.

Recentemente, especialmente no contexto do BRICS, novo bloco político e econômico dos países emergentes, tem-se reafirmado o multilateralismo e a compreensão de um Sul Global enquanto categoria diplomática. No último encontro do bloco, o Brasil foi um dos signatários da Carta do Rio de Janeiro, que traz o Sul Global “como motor de mudanças positivas, especialmente diante de significativos desafios internacionais, incluindo o agravamento das tensões geopolíticas, a desaceleração econômica e transformações tecnológicas aceleradas, medidas protecionistas e desafios migratórios”.ⁱ

Neste sentido, desde o início do atual mandato do Presidente Lula, em 2023, o país tem buscado se alinhar às pautas de interesse do Sul Global, reafirmando a importância do multilateralismo, especialmente em um momento em que o governo de Donald Trump, dos Estados Unidos da América, mostra sinais contrários e culpa as políticas multilaterais e o papel de protagonista de seu país pelas perdas econômicas das últimas décadas.

Em meio a este cenário, o presente artigo faz uso de análise documental como ferramenta de categorização produção de dados, dentro de uma abordagem qualitativa. Seu objetivo central foi investigar as implicações de uma política educacional utilizada pelos Estado brasileiro com viés de afirmação de *soft power* no cenário internacional. Para tanto, escolheu-se analisar os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil (Brasil, 2022).

A abordagem teórica se baseia, principalmente, nas ideias que o cientista político norte-americano Joseph Nye (2004) formulou acerca do poder. Segundo o autor, até o período da Segunda Guerra Mundial, o poder era compreendido como a habilidade de um ator em demandar ações por meio do uso de força, fosse ela bélica ou econômica, como

sanções comerciais ou guerras. Este tipo de poder foi denominado pelo autor como *hard power*, algo como poder duro, baseado na coerção.

Porém, o autor marca que existe uma distinta forma de demonstração de poder, utilizando discursos políticos e a construção de um ideário comum social, fazendo com que os outros sejam influenciados e queiram o mesmo objetivo, o que Nye (2004) denominou como *soft power* (poder brando). Segundo ele, trata-se de uma articulação sedutora de poder, que conduz os indivíduos e grupos, de forma sutil, fazendo com que mudem sua forma de pensar e ver o mundo, intuindo de forma intrínseca a pensar de forma comum, bem como terem os mesmo propósitos e objetivos, não havendo, assim, a necessidade da utilização do *hard power* (Nye, 2004).

Neste sentido, para a presente pesquisa foi realizado um recorte de um documento produzido pelo MEC - Ministério da educação e lançado em dezembro de 2022, após quase dois anos de debates. Segundo a página oficialⁱⁱ do Ministério:

Entre 2021 e 2022, especialistas brasileiros em diversas áreas e representantes do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) debateram, de forma colaborativa, conceitos fundamentais relativos à internacionalização, ao contexto brasileiro, às estratégias para a internacionalização na educação básica e aos meios de avaliação e monitoramento. (Brasil, ano, pág.)

Importa destacar que mesmo com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República para o mandato de 2023 a 2026, em substituição a Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o que ocasionou uma mudança significativa de perspectiva política e ideológica no governo, não houve nenhuma manifestação do MEC no sentido de revogar ou refazer os Parâmetros até então, o que mostra que o processo de internacionalização da educação caminha para se tornar cada vez mais uma política de Estado e não de governo, ainda que com enfoques próprios dependendo de quem ocupa os cargos de poder.

A análise documental envolveu duas etapas principais: seleção e acesso aos dados, seguidas pela análise detalhada do documento selecionado. Durante essa análise, buscou-se compreender não apenas o conteúdo explícito, mas também as mensagens subjacentes e as entrelinhas, buscando responder às questões de pesquisa propostas. Essa abordagem reflexiva e interpretativa permite que os pesquisadores extraíam significados mais profundos dos documentos examinados (Gomes, 2007).

Educação para a Cidadania Global como soft power

Joseph Nye (2004) define poder como a capacidade de se obter os resultados desejados, se obtendo assim, a aptidão de impactar e afetar o comportamento e ações de outros atores. No entanto, o autor discorre que existem diversas formas de fazer com que essas vontades e ações sejam realizadas, bem como afetar o resultado e o comportamento dos atores.

Uma forma de exemplificar o *soft power* norte americano é o então chamado movimento *American Way of Life* (estilo de vida americano), que nos anos de 1930 teve seu efeito em todo mundo, como um formato ideal de vida para os cidadãos do globo, demonstrando como exemplo a cultura e formato de vida dos EUA como padrão de qualidade global, tendo nos meios de comunicação uma difusão clara, da indústria do cinema, música e formato educacional, para que as demais culturas pudessem absorver e se seduzissem de tal formato cultural (Gonçalves, 2008).

O *soft power* de um Estado é estabelecido de acordo com Nillo (2014) em três pilares ou recursos: cultura, valores políticos e políticas externas. Estados que possuem políticas públicas constantemente trabalhadas e evolutivas, bem como forte traço cultural e ideologia vigorosa e perspicaz, conjuntamente com maiores investimentos nas frentes de educação, cultura e artes, tendem a ter o poder de influência elevado em determinadas áreas, levando a se tornarem hegemônicos em distintas frentes.

De acordo com a autora, a definição de internacionalização da educação se dá mediante à não limitação do conceito apenas à mobilidade de discentes ou à parceria entre instituições de distintos Estados, no entanto, também engloba a anexação de perspectivas internacionais e interculturais nos currículos, a promoção da cultura de pesquisa e incentivo acadêmico internacional e no firmamento de parcerias estratégicas etc. Para a autora a internacionalização da educação pode ser estabelecida como um processo que abarca a integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global nas atividades, missões e entrega de programas educacionais, tendo como alvo principal, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como, preparar os discentes para atuarem em um mundo globalizado (Knight, 2005).

A educação e o conhecimento são fatores decisivos em um mundo globalizado e interconectado, e os mesmos, também podem ser utilizados como ferramentas de *soft power* pelos Estados com o objetivo de moldar e configurar o ideário sociológico, bem

como formatar grupos e potências hegemônicas de uma nação. Com o processo de globalização e evolução de preceitos da tecnologia da informação, a detenção do conhecimento dessas práticas, é inegável a possibilidade de levar uma sociedade a um desbalanceamento de poder, sendo acentuada quando o ensino superior, bem como o conhecimento em si são utilizados como ferramentas de persuasão ou manobra de poder. (Knight, 2015a).

Como por exemplo, programas de incentivo público dos governos americano e brasileiro, nos quais alunos do ensino médio são convidados a participar de intercâmbios em países estrangeiros. Em contrapartida dessa parceria firmada entre Estados, o jovem estudante amplia sua visão de mundo por meio de um currículo acadêmico enviesado a conceitos históricos, políticos e sociais de uma determinada cultura. Mediante a educação, um país pode promover sua língua, sua cultura, seus valores e suas ideias para além das fronteiras. Instituições de ensino, programas de intercâmbio, bolsas de estudo e parcerias acadêmicas são algumas das formas como a educação pode ser utilizada para influenciar positivamente a imagem e a percepção de um país no cenário internacional.

Além disso, a educação pode ser um meio de disseminar ideias e valores que são considerados atraentes e desejáveis. Países podem promover seus sistemas educacionais como modelos de excelência, enfatizando princípios como igualdade, inclusão, inovação e desenvolvimento sustentável. Isso pode gerar admiração e atrair a atenção de outros países que buscam melhorar seus próprios sistemas educacionais (Chaves, 2015).

No que diz respeito ao processo de internacionalização da educação, pode se perceber dois principais olhares: o acadêmico, que se posiciona pró internacionalização dos processos de ensino e aprendizagem; e o econômico, onde o processo educacional é encarado como algo mutável em um produto, serviço ou ação na qual se permite ser comercializada, manipulada e regulada. Tendo como propósitos educacionais ambos os fatores extremamente distintos, o primeiro com foco em escopo global, buscando um processo igualitário no contexto educacional, e o segundo, com propósito principal na busca pela padronização, comercialização de serviços e produtos educacionais, bem como, a manutenção e afirmação de potências hegemônicas, na socialização do processo educacional, legitimando a corrida por inovação e comercialização do processo educativo global (Ribeiro Neto, 2016).

Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) reconhecem a importância da Educação para a Cidadania Global como um meio de promover a compreensão global, a responsabilidade cívica e a participação ativa dos cidadãos em um mundo cada vez mais interconectado. Embora não exista uma definição única e oficialmente estabelecida, essas organizações compartilham princípios e abordagens semelhantes sobre a ECG. (UNESCO, 2015)

A ONU e a UNESCO consideram a ECG como um processo educacional que visa desenvolver uma consciência crítica e uma compreensão das questões globais, bem como habilidades e valores necessários para se tornar um cidadão globalmente engajado. De acordo com elas, esta abordagem envolve o reconhecimento dos direitos e responsabilidades globais, promovendo a igualdade, a justiça social, a sustentabilidade, a paz, o respeito à diversidade e o diálogo intercultural (UNESCO, 2015).

A ECG, conforme definida pela ONU e UNESCO (2015), inclui os seguintes elementos:

- Conhecimento global: Compreender os desafios globais, como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas, migrações e conflitos, para promover uma visão abrangente do mundo e suas interconexões;
- Habilidades e competências: Desenvolver habilidades como pensamento crítico, empatia, comunicação intercultural, resolução de problemas, cooperação e participação ativa na busca de soluções para problemas globais;
- Valores e atitudes: Promover valores como respeito aos direitos humanos, justiça social, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, não violência, tolerância, solidariedade e ética global;
- Engajamento e ação: Incentivar a participação ativa dos cidadãos em suas comunidades locais e na comunidade global, por meio de ações individuais e coletivas voltadas para a promoção da paz, da justiça social e da sustentabilidade (UNESCO, 2015).

Essas definições e princípios orientam as políticas e programas da ONU e UNESCO no campo da ECG, buscando formar cidadãos conscientes, responsáveis e ativos, capazes de enfrentar os desafios globais e contribuir para um mundo mais justo, pacífico e sustentável (UNESCO, 2015).

A internacionalização da educação básica refere-se ao processo de promoção da interação e/ou intercâmbio entre alunos, professores e instituições de diferentes países. Isso envolve incluir uma perspectiva global no currículo, estabelecer parcerias internacionais e participar de programas de intercâmbio físicos ou virtuais e colaboração educacional. A internacionalização do ensino fundamental visa preparar os alunos para um mundo cada vez

mais interconectado, expandindo sua compreensão cultural, habilidades de comunicação e consciência global (Knight, 2015b).

Análise dos Parâmetros

Para uma perspectiva sobre o processo de internacionalização realizado pelo Brasil na educação básica nacional, foi realizada uma análise documental do texto mencionado e publicado em 2022 pelo Ministério da educação (MEC). Os parâmetros citados no texto representam um marco na educação brasileira, uma vez que a educação brasileira sempre esteve no polo de receber influências, mas não de propor. Tal documento é fruto de um extenso trabalho realizado pela Secretaria de educação Básica do Ministério da educação (SEB/MEC), em colaboração com diversos especialistas e instituições, tanto nacionais quanto internacionais, como já mencionado.

Segundo o próprio documento (Brasil, 2022), a iniciativa para criar estes parâmetros surgiu da percepção de que a internacionalização do processo de ensino-aprendizagem deve começar na educação básica, formando desde cedo cidadãos preparados para as exigências de um mercado de trabalho global e para a constituição de uma cidadania global consciente. Este trabalho pioneiro teve como ponto de partida um ciclo de discussões realizado entre 2021 e 2022, envolvendo especialistas em áreas como internacionalização do currículo, políticas linguísticas, interculturalidade e educação para a cidadania global.

O ciclo de discussões foi estruturado em quatro eixos principais. No primeiro eixo, foram abordados os fundamentos conceituais da internacionalização na educação básica, com a participação de convidados especializados que enriqueceram o debate com suas experiências e conhecimentos. O segundo eixo focou no contexto brasileiro, com a contribuição de especialistas em formação de professores, inovação, tecnologia e empreendedorismo, além de coordenadores da SEB que discutiram como as políticas e programas atuais podem apoiar a internacionalização. No terceiro eixo, estratégias específicas para a internacionalização foram desenvolvidas com a ajuda de representantes de organismos internacionais e possíveis parceiros. Finalmente, no quarto eixo, foram discutidos métodos de avaliação e monitoramento da internacionalização na educação básica, com a participação de representantes de universidades, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de outros organismos internacionais.

Os debates resultantes geraram dois documentos adicionais: "internacionalização na educação Básica: Práticas no Contexto Brasileiro", que compila atividades já implementadas em escolas de todo o país, e o aplicativo "Escolas pelo Mundo", uma ferramenta que promete facilitar o acesso a informações sobre escolas que já adotam práticas de internacionalização.

O documento relata as diversas formas de internacionalização na educação, desde as mais tradicionais, como a mobilidade e os intercâmbios, até as mais recentes, que incluem a internacionalização do currículo de maneira integral e acessível a todos, seja de forma presencial ou mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação. A internacionalização pode ser transfronteiriça, cruzando fronteiras físicas, ou "em casa", ocorrendo dentro do próprio espaço escolar. Independentemente da forma, deve ser concebida para todos os alunos, abrangendo crianças, adolescentes, jovens e adultos. A internacionalização na educação básica visa desenvolver uma articulação das perspectivas internacionais e interculturais dos saberes, integrando esses elementos aos conteúdos curriculares formais e informais. Este processo é central para a internacionalização do currículo escolar, pois qualquer componente curricular pode ser enriquecido com dimensões internacionais e interculturais (Brasil, 2022).

Antonio Flavio Barbosa Moreira, em recente entrevista, lembra que a internacionalização do campo do currículo é um processo híbrido e que “vai depender do momento, das circunstâncias políticas e econômicas, dos países em questão, de uma série de fatores. Mas sempre haverá esses dois fatores interagindo intencionalmente e, claro, algum predominará, com tendência ao externo” (Dutra, Mocarzel e Moreira, 2023, p. 3).

Segundo os parâmetros, a internacionalização é vista como um meio para elevar a qualidade da educação, preparando os alunos para se inserirem em uma economia global diversificada e para se tornarem agentes de mudança na sociedade. A internacionalização na educação básica é definida pelo documento como um processo que internaliza a perspectiva de abertura para o mundo, promovendo transformações nos ambientes educativos para garantir uma educação de qualidade. Prepara os estudantes e demais atores para exercerem a cidadania e se qualificarem para o trabalho em contextos locais, regionais, nacionais e internacionais. A importância da internacionalização para a formação dos estudantes da educação básica é evidenciada pela necessidade de desenvolver competências internacionais e interculturais, fundamentais para tornar esses estudantes globalmente competentes. Essas

competências são essenciais para interagir eficazmente com pessoas de diferentes nacionalidades e culturas (Brasil, 2022).

Por fim, o documento retrata que a internacionalização na educação básica deve ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento local, irradiando efeitos positivos no entorno e promovendo a integração solidária entre culturas e territórios. Este processo prospecta uma educação de qualidade para todos, promovendo a cooperação, o compartilhamento de informações e conhecimentos, e sustentando um posicionamento crítico na sociedade, interligando saberes locais e globais. A seção de definições práticas e orientações para utilização dos parâmetros é crucial para a implementação eficaz dos princípios de internacionalização na educação básica. Esta parte do documento define termos-chave que fundamentam as práticas propostas.

"Competência" é descrita como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Esta definição é alinhada com a Base Nacional Comum Curricular, o que mostra a influência internacional da lógica das competências nesses documentos, como diversos autores já mostraram (Rangel, Mocarzel e Pimenta, 2016; Albino e Silva, 2019; Zajac e Cássio, 2023).

Já "Currículo" é definido como o conjunto de práticas que articula as experiências e saberes dos estudantes com os conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento integral. Trata-se de uma visão bastante funcionalista de currículo, mas que se articula com o que vem sendo produzido pelo MEC, na oposição do que as entidades científicas da áreaⁱⁱⁱ vêm defendendo.

As orientações práticas são direcionadas a diferentes públicos-alvo, incluindo gestores de secretarias de educação, gestores de instituições de educação básica, professores, demais profissionais da educação, estudantes e seus familiares. Para cada grupo, o documento fornece diretrizes específicas que facilitam a compreensão e a aplicação dos conceitos de internacionalização, promovendo uma educação que desenvolva competências globais e interculturais. Estas orientações visam a fomentar um ambiente colaborativo e inclusivo, onde todos os atores educacionais possam contribuir para a formação de cidadãos preparados para os desafios de um mundo globalizado.

Em suma, as seções de contextualização e definições práticas do documento oferecem uma base do que o MEC espera para a internacionalização na educação básica. A internacionalização na educação básica é um processo complexo e multifacetado que requer uma abordagem estruturada e bem delineada para ser implementada de maneira eficaz. O documento identifica e detalha cinco áreas focais essenciais para orientar e apoiar esse processo. Cada uma dessas áreas é acompanhada por princípios e parâmetros específicos que fornecem diretrizes claras para a implementação da internacionalização em diversos aspectos do ambiente educacional (Brasil, 2022).

A primeira área focal dos "Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil" sublinha a importância de posicionar a escola como um espaço que promove a compreensão e a integração globais. Segundo o documento, este princípio é central para preparar os estudantes para um mundo interconectado, exigindo que a escola adote uma abordagem inclusiva que valorize a diversidade cultural e linguística de sua comunidade. A escola deve oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender e se tornar proficientes em línguas estrangeiras, não apenas como um meio de comunicação, mas como uma janela para a compreensão de outras culturas. A língua inglesa, frequentemente considerada uma língua franca, deve ser ensinada, mas é igualmente crucial promover o aprendizado de outras línguas relevantes para o contexto local e global dos estudantes (Brasil, 2022). Enxergamos aqui uma contradição aparente entre as orientações dos parâmetros e o que vem se praticando no Brasil, sobretudo após a reforma do ensino médio e implementação da BNCC, em que houve um esvaziamento do ensino de outras línguas (Duboc, 2019).

O texto continua recomendando que a escola deve desenvolver projetos colaborativos internacionais que permitam aos estudantes trabalhar em conjunto com colegas de outros países em questões globais. Esses projetos, facilitados por tecnologias digitais, promovem habilidades de trabalho em equipe, resolução de problemas e pensamento crítico, além de uma maior compreensão das questões globais. A integração de uma perspectiva global no currículo escolar é igualmente essencial. Isso implica incluir temas globais nas disciplinas existentes, como história, geografia, ciências sociais e literatura, abordando questões como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, cidadania global e interculturalidade. As metodologias de ensino devem ser adaptadas para promover o

pensamento crítico e a resolução de problemas em um contexto global, preparando os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo interconectado (Brasil, 2022).

A partir da teorização de Nye (2004), a difusão do inglês como língua franca mundial é um forte exemplo do *soft power* norte-americano, que o fez a partir da tecnologia, da mídia e da cultura e, também, por meio dos processos educativos. O acordo MEC-USAID, que vigorou na Ditadura Civil-Militar, foi uma grande ponte para a entrada da língua inglesa nos currículos brasileiros e sua posterior obrigatoriedade. (Santos, 2015).

A segunda área focal dos "Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil" aborda a gestão da internacionalização. Indica que, para que haja eficácia, é preciso a definição de políticas claras, a alocação de recursos adequados e o desenvolvimento de parcerias estratégicas com organizações internacionais. Segundo eles, a liderança dos gestores educacionais deve ser visionária e comprometida, guiando a escola das complexidades da internacionalização e assegurando que todas as ações estejam alinhadas com os objetivos educacionais mais amplos (Brasil, 2022).

Os parâmetros reforçam que os gestores devem desenvolver e implementar políticas que promovam a internacionalização de forma consistente e sustentável. Também envolve o estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações internacionais. Essas parcerias podem proporcionar recursos adicionais, oportunidades de intercâmbio e suporte técnico para a implementação de programas de internacionalização. As parcerias podem facilitar a participação dos estudantes e professores em projetos internacionais, conferências e outros eventos que promovam a compreensão global. A colaboração com instituições de ensino de outros países pode enriquecer o ambiente educacional, proporcionando aos estudantes uma visão mais ampla do mundo e das diversas culturas que nele coexistem (Brasil, 2022).

A ideia de liderança tem se espalhado no campo educacional, e como Vieira e Vidal (2019, p. 14) apontam, "o debate sobre liderança no campo educacional tem raízes em contextos internacionais", sobretudo a partir da indução da própria Unesco. Assim, esse ideário também chega como uma forma de *soft power*, após ter sido formulado em universidades norte-americanas.

A terceira área focal dos "Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil" concentra-se na formação e valorização dos professores e demais profissionais da educação, reconhecendo-os como os principais agentes de mudança no

processo de internacionalização. A capacitação contínua e a valorização desses profissionais são essenciais para garantir que eles possam implementar eficazmente as diretrizes de internacionalização e promover uma educação de qualidade que prepare os estudantes para um mundo globalizado.

Para o texto, a formação dos professores deve incluir programas de desenvolvimento profissional que os capacitem a incorporar perspectivas internacionais e interculturais em suas práticas pedagógicas. Esses programas devem abordar temas como a integração de conteúdos globais no currículo, metodologias de ensino que promovam o pensamento crítico e a resolução de problemas em um contexto global, e o uso de tecnologias digitais para facilitar a comunicação e a colaboração internacional. Além disso, é importante que os professores tenham oportunidades de participar de intercâmbios culturais e programas de mobilidade, que lhes permitam adquirir experiências internacionais diretamente aplicáveis em suas salas de aula (Brasil, 2022).

A valorização dos professores e demais profissionais da educação é igualmente crucial. Isso pode ser alcançado por meio de incentivos e reconhecimento das contribuições desses profissionais para a internacionalização. Incentivos financeiros, como bônus e aumentos salariais, podem ser oferecidos para aqueles que se destacam na implementação de práticas de internacionalização. Além disso, o reconhecimento público das realizações dos professores, através de prêmios e certificações, pode servir como um incentivo adicional e motivacional (Brasil, 2022).

Tanto a valorização quanto a formação inicial e continuada dos profissionais da educação são pautas defendidas há décadas por sindicatos, entidades educacionais e pela academia, bem como por setores progressistas da classe política. Diversos estudos mostram que a profissão docente vem sofrendo uma precarização ao longo do tempo no Brasil (Oliveira, 2004; Leher, 2022) e os debates sobre a formação também apontam para diversos problemas, como a “eadição” da formação docente (Casagrande, Maieski, Alonso, 2022).

Por mais que o investimento em valorização e formação inicial e continuada sejam pautas que habitam os discursos de maneira ampla, o que se tem visto na prática caminha na direção oposta, por mais que tenha havido conquistas no país, como a aprovação da Lei do Piso Nacional e as lutas pelas diretrizes curriculares das licenciaturas. Ao considerar a valorização e a formação como pilares da internacionalização da educação básica, o documento atribui aos docentes um protagonismo que muitas vezes não corresponde à

realidade. Muitas vezes dos docentes acabam sendo meros receptores do *soft power* internacional, por meio de currículos, documentos, orientações e formações.

Importante destacar que o documento fala em estabelecimento de parcerias com assessorias para a formação de professores, em uma clara estratégia de ampliação do leque de instituições formativas, para além das universidades públicas, por exemplo.

A quarta área focal dos "Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil" trata do currículo escolar e das práticas pedagógicas, componentes fundamentais para a implementação eficaz da internacionalização. Esta área enfatiza a necessidade de adaptar o currículo para refletir uma perspectiva global, preparando os estudantes para entender e interagir com o mundo além de suas fronteiras nacionais. A integração de uma visão global no currículo e a adoção de metodologias pedagógicas inovadoras são essenciais para desenvolver competências internacionais e interculturais nos estudantes.

A orientação traz que a adaptação do currículo escolar deve passar pela inclusão de temas globais e interculturais nas disciplinas existentes, adotar metodologias pedagógicas que promovam o pensamento crítico e a resolução de problemas em um contexto global e o uso de materiais didáticos que reflitam a diversidade cultural e incluam diversas perspectivas globais é outro aspecto crucial (Brasil, 2022).

Sobre o fato de a influência dos organismos internacionais nos currículos representar um avanço:

Não sei se essa palavra avanço representa o que aconteceu, ela diz mesmo o que terá havido em termos do processo de internacionalização, mas ocorreram mudanças significativas, algumas dentro, outras bem fora, daquilo que se entende por um processo de globalização do currículo. Mas pelo olhar local, não sei se podemos chamar de avanço (Dutra, Mocarzel e Moreira, 2023, p. 3).

A inclusão de temas globais nos currículos é quase uma obrigatoriedade no mundo contemporâneo, sobretudo no Brasil, um país que ainda traz enorme dependência financeira e cultural de outros centros. Mas o documento tem uma visão contrária, na medida em que compreende a somente os benefícios da internacionalização, sem considerar que muitas vezes esse processo soterra o olhar local por meio do *soft power*.

A última área focal concentra-se no estudante e na sua experiência de internacionalização. Esta área reconhece que os estudantes são o foco central do processo educacional e que suas necessidades, interesses e perspectivas devem orientar a implementação das iniciativas de internacionalização. O objetivo é proporcionar aos estudantes oportunidades ricas e diversificadas que os preparem para atuar como cidadãos globais, equipados com as competências necessárias para navegar e contribuir positivamente em um mundo cada vez mais interconectado e multicultural (BRASIL, 2022).

Segundo o documento, o primeiro aspecto a ser considerado é a criação de oportunidades para que os estudantes participem de intercâmbios culturais e educacionais. Esses intercâmbios, que podem ser físicos ou virtuais, oferecem experiências valiosas que ampliam a compreensão dos estudantes sobre diferentes culturas e contextos globais. Intercâmbios físicos, como viagens de estudo e programas de imersão em outros países, permitem que os estudantes vivenciem diretamente outras culturas, aprimorando suas competências linguísticas e interculturais. Nos casos em que a mobilidade física não é viável, os intercâmbios virtuais se apresentam como uma alternativa poderosa, utilizando tecnologias de comunicação para conectar estudantes com seus pares ao redor do mundo, facilitando o compartilhamento de experiências e a colaboração em projetos conjuntos (Brasil, 2022).

O desenvolvimento de competências globais é um objetivo central da internacionalização do estudante. As competências globais incluem a capacidade de se comunicar eficazmente em diferentes contextos culturais, a compreensão e o respeito pelas diferenças culturais, a habilidade de pensar criticamente sobre questões globais e a disposição para agir como cidadãos globais responsáveis.

A privatização como soft power na internacionalização?

Privatização é o processo pelo qual os interesses públicos são subordinados aos interesses privados. Trata-se de um movimento complexo e tomado por várias dimensões. Adrião (2018) definiu três delas: a dimensão da oferta, a dimensão do currículo e a dimensão da gestão. Segundo a autora, cada uma dessas dimensões se operacionaliza de formas distintas, mas muitas vezes combinadas.

A privatização da oferta educacional, segundo a autora, “operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental” (Adrião, 2018, p. 11).

A disputa pelo fundo público da educação – como ocorre em outros setores – é uma das principais formas de privatização que encontramos no Brasil, seja pela celebração de convênios e contratos entre governos e entidades/empresas privadas, pela concessão de bolsas de estudo, ou incentivos fiscais/redução de tributos.

No caso dos Parâmetros de Internacionalização, o termo “parceria” é citado quarenta e três vezes, sem que em nenhuma seja especificada ao menos a preferência da parceria público-público. Ou seja, o documento incentiva qualquer tipo de parceria, inclusive com empresas com fins de lucro, desde que promovam de alguma forma a internacionalização.

Em relação ao aumento da oferta de matrículas em escolas privadas, o documento sinaliza a importância das escolas internacionais e bilíngues como estratégias de internacionalização que já vem ocorrendo, ainda que possam ser tanto públicas quanto privadas. Mas sem um direcionamento para que seja uma política pública, o incentivo que se tem é muito maior ao crescimento de escolas bilíngues e internacionais privadas, voltada para a elite.

Quanto à questão da escolha parental, o documento tem na escola o centro das atividades de internacionalização, ainda que possua uma parte com direcionamentos específicos aos familiares. Como o processo de internacionalização requer convênios e outras formas de cooperação, a institucionalidade é uma demanda para que possa ocorrer, deixando de lado, pelo menos oficialmente, ideias ligadas à educação domiciliar e outras formas de escolha parental, ainda que existam redes internacionais em defesa desses temas.

A segunda dimensão refere-se à gestão, tanto das escolas como dos sistemas de ensino.

Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e privatização da gestão escolar relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores (Adrião, 2018, P. 12)

Ao tratar do papel do gestor da secretaria de educação, o documento traz a seguinte indicação: “Incluir a participação de outras instâncias institucionais (setor produtivo e empresarial), para fomentar ações e pesquisa aplicada sobre Internacionalização, relevante e condizente com a realidade das escolas que ofertam a Educação Básica” (Brasil, 2022, p. 59). O documento direciona categoricamente o gestor a buscar o setor empresarial para fomentar

ações de internacionalização, dando a entender que o setor público não teria capacidade própria para fomentar ações e pesquisas aplicadas sobre o tema. Assim, desta vez mais diretamente, os parâmetros incentivam essa forma de privatização direta por meio da gestão.

A terceira e última dimensão, que trata do currículo, trata de “processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE)” (Adrião, 2018, p. 11).

Os parâmetros são claros quanto ao alinhamento das estratégias à BNCC e aos currículos internacionais, como já mencionado na análise da Área 4: “A Internacionalização do Currículo Escolar tem um papel complementar no currículo em vigência e está alinhada a BNCC.” (Brasil, 2022, p. 89)

Uma das principais estratégias para internacionalização de currículos é compra de sistemas privados alinhados a modelos estrangeiros, como o IB - *International Baccalaureate*^{iv}. Thiesen (2018) indica que a criação e expansão do IB é uma das ações mais significativas de internacionalização da educação básica ocorrida nas últimas décadas. Há pesquisas recentes que mostram como a BNCC e os documentos curriculares dos estados possuem similaridade àquilo que já constava no IB (Pereira et al, 2021; Domingos, 2022; Thiesen, 2024). Ou seja, ao se aderir a um currículo internacional concebido por uma entidade privada, materializa-se o próprio processo de privatização curricular descrito anteriormente.

Considerações finais

De acordo com o documento, a internacionalização da educação básica no Brasil é um passo essencial para preparar os estudantes para os desafios e oportunidades de um mundo cada vez mais interconectado. Segundo seus proponentes, ao adotar os parâmetros e as diretrizes delineados no documento, o sistema educacional brasileiro estará mais bem equipado para formar cidadãos globais, capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade, tanto a nível local quanto global. Tal documento afirma que o processo de internacionalização, se bem implementado, não apenas elevará a qualidade da educação básica no Brasil, mas também promoverá uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Tal afirmativa pressupõe que a internacionalização é um processo linear, livre de contradições e disputas. Por mais que o processo, por si só, não seja problemático e que de fato possa contribuir com a melhoria de diversos setores, não se pode ignorar que o soft

power age também por meio da educação, fortalecendo outros países e inserindo seus valores em nosso sistema de ensino.

Joseph Nye, ao cunhar a teoria do *soft power*, destacou a capacidade de um país influenciar outros por meio de atração e persuasão, em vez de coerção (Nye, 2004). Nesse contexto, a educação é um dos pilares dessa estratégia, utilizada para disseminar valores culturais, ideológicos e políticos. A internacionalização da educação, especialmente por meio de programas de intercâmbio, cooperação acadêmica e parcerias entre instituições educacionais, permite que os países fortaleçam suas relações diplomáticas e aumentem sua influência global (Knight, 2011).

Políticas educacionais que adotam a internacionalização e visam promover a educação para a cidadania global (ECG), disseminando valores universais como direitos humanos, justiça social e sustentabilidade, além de desenvolver nos alunos habilidades críticas e competências interculturais, necessárias para atuarem em um mundo globalizado (UNESCO, 2015).

No contexto brasileiro, a adoção de políticas de internacionalização na educação básica e superior tem sido influenciada por organismos internacionais e acordos supranacionais, que muitas vezes promovem reformas educacionais descontextualizadas das realidades locais (Cowen, 2006), fomentando inclusive processos de padronização de políticas curriculares, avaliativas e de práticas de ensino. Ao final, contribuem para processos de privatização de currículos, da gestão e da própria oferta educacional, quando não há diretrizes muito claras do papel do setor público no processo.

Cabe ao Brasil, enquanto país líder no Sul Global e que quer se firmar como liderança mundial, formular propostas que reflitam a sua realidade e que possam ser absorvidas em outras realidades, ainda que seja sempre um processo mútuo: nenhuma sociedade está completamente livre de influências externas – e nem deveria estar. A defesa da internacionalização da educação básica precisa estar associada à defesa da soberania nacional, dos valores constitucionais, dos direitos humanos e sociais e da reafirmação do setor público enquanto o único capaz de garantir a redução das desigualdades e maior horizontalização do poder.

Referências

- ALBINO, Ângela Cristina Alves.; DA SILVA, Andréia Ferreira. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 137–153, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i25.966>
- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>
- BRASIL. Ministério da educação. **Parâmetros Nacionais para a internacionalização na educação Básica no Brasil**. Brasília: MEC, 2022.
- CASAGRANDE, Ana Lara, MAIESKI, Alessandra, ALONSO, Katia Morosov. As contingências e condições objetivas da “EADIZAÇÃO” do ensino superior presencial. **educação & Sociedade**, n. 43, e261767, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.261767>
- CHAVES, Vera Lucia Jacob. internacionalização da educação superior: uma análise dos programas ciências sem fronteiras e licenciaturas internacionais. In: **Anais do IV Seminário Nacional sobre Estado e educação do ANDES - Sindicato Nacional**, 2015, Florianópolis/SC. Florianópolis: ANDES, 2015, p.48-60.
- COWEN, Robert. **The world in the classroom: toward a philosophy of education for global times**. Londres: Routledge, 2006.
- DOMINGOS, Fernando Kolb. **Estudo comparativo entre o International Baccalaureate e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Licenciatura em Matemática, Trabalho de Conclusão de Curso, 2022, 69p. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/32805/1/estudocomparativocurriculos.pdf>
- DUTRA, Marcus Vinicius Siqueira; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. A internacionalização do campo do currículo: entrevista com Antônio Flávio Barbosa Moreira. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 2, p. 1–4, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.15687/rec.v16i2.66230>
- DUBOC, Ana Paula Martinez. Falando francamente: uma leitura bakhtiniana do conceito de “inglês como língua franca” no componente curricular língua inglesa da BNCC. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 48, p. 10–22, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18309/anp.v1i48.1255>
- GOMES, Romeu. Análise documental. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007. P.
- GONÇALVES, Mauricio Reinaldo. **O American way of life no cinema de Hollywood, na imprensa e na sociedade brasileiras dos anos trinta**. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2008. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-american-way-of-life-no-cinema-de-hollywood-na-imprensa-e-na-sociedade-brasile>
- KNIGHT, Jane. **An internationalization model: responding to new realities and challenges**. In: DE WIT, Hans et al. (Ed.). **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington, D.C.: The World Bank, 2005. P. 1-38.
- KNIGHT, Jane. **Education in China**. Sense Publishers, 2011.

KNIGHT, Jane. **Global: moving from soft power to knowledge diplomacy** (Do soft power à diplomacia do conhecimento). Boston, 2015a.

KNIGHT, Jane. **Internationalization of Higher Education: New Directions, New Challenges**. IAU Global Survey Report. Paris: International Association of Universities, 2015b.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, n. 26, p. 78-102, 2022. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>

RIBEIRO NETO, Paulo Henrique. educação e Relações internacionais: Diálogos Possíveis. **Revista Todavia**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/revistatodavia/S.%202%20Ed.%201%20-%20Artigo%202.pdf>

NILLO, Weber da Silva. **Diplomacia pública promovida por meio da educação: o uso do soft power**. 2014. Disponível em: <https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2014/trabalho-1000018572.pdf>

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **educação & Sociedade**, 25, pp.1127-1144, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>

PEREIRA, Betina Kappel et al. Avaliação de competências em Ciências da Natureza desenvolvidas através de projetos no Ensino Médio: contribuições das rubricas do currículo IB/MYP de Escolas Internacionais. **Revista Interacções**, v. 17, n. 57, p. 293-308, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.25019>

RANGEL, Mary; MOCARZEL, Marcelo; PIMENTA, Maria de Fatima Barros. A trajetória das competências e habilidades em educação no Brasil: das avaliações em larga escala para as salas de aula. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 29-47, 2016. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.951>

SANTOS, Clemilton Pereira. A língua latina e o ensino de língua portuguesa: questões de ensino de língua materna sete décadas depois do acordo MEC/USAID. **Verbum**, v. 9, p. 55-68, 2015. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/19258/20225>

THIESEN, Juares. Escolas Internacionais e bilíngues como representação global de currículos internacionalizados na Educação Básica brasileira. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e94402, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94402>

THIESEN, Juares. Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na educação básica? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, e194166, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698194166>

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: Unesco, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia. Liderança e gestão democrática na educação pública brasileira. **Revista Eletrônica de educação**, v. 13, n. 1, p. 11-25, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271993175>

ZAJAC, Danilo Rodrigues; CÁSSIO, Fernando. A Aprendificação da Pedagogia das Competências na BNCC. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e270962, 2023. <https://doi.org/10.1590/ES.270962>

Notas

ⁱ Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025 Acesso em: 8 jul. 2025.

ⁱⁱ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/mec-lanca-parametros-e-aplicativo-para-promover-a-internacionalizacao-na-educacao-basica-brasileira> Acesso em: 27 set. 2024.

ⁱⁱⁱ A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em educação (ANPEd) lançou, junto com outras entidades científicas e sindicais a campanha “Aqui já tem currículo”. Disponível em: <https://forum.anped.org.br/news/anped-lanca-campanha-aqui-ja-tem-curriculo-o-que-criamos-na-escola#:~:text=Curr%C3%ADculo%20%C3%A9%20mais%20que%20lista,depoimentos%20com%20fotos%20e%20v%C3%ADdeos.>

^{iv} A Organização do Bacharelado Internacional (IBO), mais comumente conhecida como Bacharelado Internacional (IB), é uma fundação sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, e fundada em 1968. Ela oferece quatro programas educacionais: o Programa de Diploma do IB e o Programa de Carreira do IB para alunos de 16 a 19 anos, o Programa de Anos Intermediários do IB para alunos de 12 a 16 anos e o Programa de Anos Primários do IB para crianças de 3 a 12 anos. Para ensinar esses programas, as escolas devem ser autorizadas pelo Bacharelado Internacional. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/International_Baccalaureate

Sobre os autores

Bruno Fernandes do Amaral

Possui mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá, MBA Executivo em Economia e Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro. Atualmente é coordenador do Colégio Alfa Cem Bilingue. Email: fabrun@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2780-0054>

Marcelo Mocarzel

Professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Estácio de Sá e da Universidade Católica de Petrópolis. É diretor de Educação a Distância do Centro Universitário Serra dos Órgãos. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj. Possui doutorado em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense e é graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro.

Email: marcelomocarzel@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2270-7540>

Recebido em: 04/09/2025

Aceito para publicação em: 29/09/2025